

SUBORDINAÇÃO E COORDENAÇÃO: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE

Ânderson Rodrigues Marins (UFF-UERJ)
profandermarins@hotmail.com

RESUMO

Hoje, algumas propostas de análise gramatical referem-se àquelas cujo pensamento pertence à vertente tradicional (ROCHA LIMA, 2010), ao passo que as de vertente moderna, atentas aos avanços dos estudos linguísticos e gramaticais (AZEREDO, 2018) revelam tanto a possibilidade de nova observação desses períodos como a comprovação de que a visão tradicional merece ser revista e, sobretudo, ampliada. Diante de tais fatos, ainda consideramos importante apresentar alguns fatos relativos à proposta da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) e sua homogeneidade terminológica, que, como se bem sabe, nasceu em meio à virada do século XX, em virtude da profusão de gramáticas e suas diferenças descritivas e analíticas; diferenças de análise da frase e de seus complementos, distinções que incidiam sobre adjuntos e sua descrição etc. (ORLANDI, 2013). Além da tradição gramatical, a Nomenclatura Gramatical Brasileira apresenta algumas perspectivas que vêm sendo constantemente revisadas. Com este estudo, enfim, mostram-se as contribuições e o valor da análise sintática considerando as vertentes tradicionais e modernas para compreensão, assimilação e desempenho da língua escrita.

Palavras-chave: Língua portuguesa. Gramática. Sintaxe. Subordinação. Coordenação.

1. Introdução

Neste estudo trata-se de assunto bastante instigador, especialmente quando se confronta a visão tradicional com as que vêm sendo apresentadas no seio acadêmico. Os compêndios de gramática, ao tratarem da coordenação e da subordinação, referem-se a esses processos como estruturadores de períodos, com realização no nível interoracional (CUNHA, 1994). Tal fato é peculiar, antes mesmo de gramáticas do século XIX, aquelas inscritas sob orientação das correntes científicas e consideradas o germe de todos nossos estudos hodiernos (cf. FÁVERO & MOLINA, 2006), acerca das concepções gramaticais no século XIX), entre as quais figuram a *Grammatica Portugueza* (1881) de Júlio Ribeiro e a *Grammatica Descriptiva* (1894) de Maximino Maciel. Hoje, algumas propostas de análise gramatical referem-se àquelas cujo pensamento pertence à vertente tradicional (ROCHA LIMA, 2010), ao passo que a de vertente moderna (AZEREDO, 2018) revela tanto a possibilidade de nova observação desses períodos como a comprovação de que a visão tradicional me-

rece ser revista e, sobretudo, ampliada. Diante de tais fatos, ainda consideramos importante apresentar algumas observações relativas à proposta da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) e sua homogeneidade terminológica, que, como se bem sabe, nasceu em meio à virada do século XX, em virtude da profusão de gramáticas e suas diferenças descritivas e analíticas; diferenças de análise da frase e de seus complementos, distinções que incidiam sobre adjuntos e sua descrição etc. (ORLANDI, 2013). Além da tradição gramatical, a Nomenclatura Gramatical Brasileira apresenta algumas perspectivas que vêm sendo constantemente revisadas. Com este estudo, enfim, mostram-se as contribuições e o valor da análise sintática, considerando as vertentes tradicionais e modernas para compreensão, assimilação e desempenho da língua escrita. De igual modo, mostra-se que a eficácia do ensino de classificação dos períodos compostos por coordenação e subordinação depende da metodologia empregada e da abordagem sempre vinculada ao texto.

2. Os processos de coordenação e subordinação no panorama da Nomenclatura Gramatical Brasileira

A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), documento do Ministério da Educação e Cultura, elaborado em 1958 e publicado na Portaria nº 36, no dia 28 de janeiro de 1959, adota, para a análise de frases com mais de uma oração, a expressão *período composto*, e para a relação entre orações dessa natureza, os termos *subordinação* e *coordenação*. Como nomenclatura terminológica, não se ateu em definir conceitos, o que ficaria a cargo dos gramáticos e linguistas. Tal fato pode ter propiciado o acréscimo de outros processos sintáticos para a constituição da frase multioracional, como é o caso da *justaposição* e da *correlação*. De todos esses processos de constituição da frase multioracional, há autores que aceitam apenas os dois primeiros, outros que aceitam três ou até mesmo os quatro processos. (MEDEIROS, 2014; HENRIQUES, 2009)

Via de regra, não é difícil encontrar gramáticas onde a coordenação é associada a unidades independentes, e a subordinação a unidades dependentes, aliadas a critérios semânticos e sintáticos: oração subordinada funciona como um termo que exerce função na principal – critério sintático; oração subordinada não tem sentido completo – critério semântico. As coordenadas, por sua vez, são definidas como independentes por possuírem sentido completo em relação à principal.

Há quem se levante contra as terminologias de período composto,

oração principal e oração subordinada, fundamentando-se no fato de que a estrutura de uma frase multioracional, sobretudo aquela em que se nota a subordinação, não é diferente da de uma frase que apresente apenas uma oração. Existem, por conta desse fato, autores que já haviam notado tal incoerência e que, portanto, criaram algumas propostas para designar esses conceitos, entre eles o de frase complexa, oração complexa e sentença complexa. Para além de uma mera terminologia, está o fato de a estrutura da frase simples não se distinguir da frase multioracional na qual se nota a subordinação. Em outras palavras, o tradicional período composto apresenta estruturação básica análoga a do tradicional período simples (cf. MEDEIROS, 2014, p. 33). Veja-se, à guisa de exemplo, uma explicação em Luiz Claudio Valente Walker de Medeiros (*op. cit.* p. 23):

Ele ouviu o chamado/Ele ouviu que o chamaram

Em ambos os casos, pode-se afirmar, sumariamente, que a estrutura é sintagma nominal – SN (o sujeito, preenchido pelo pronome *ele* nos dois casos) + sintagma verbal – SV (o predicado, constituído pelo núcleo verbal *ouviu*, ao qual se segue um sintagma nominal com função de objeto direto). O grupo *que o chamaram* é só parte do predicado *ouviu que o chamaram*, assim como *o chamado* é só parte do predicado *ouviu o chamado*. Diante disso, alguns linguistas do mais alto calibre creem que o termo *sentença complexa* seja preferível a período composto, “visto que este não é uma unidade sintática diferente da sentença simples. Ou seja, tudo o que ocorre numa sentença simples ocorre numa sentença complexa”. (Cf. CASTILHO, 2010, p. 337)

Seguida há muitos anos pela educação básica, a Nomenclatura Gramatical Brasileira tem alcançado consideração pelas gramáticas escolares e, sobretudo, pelos livros didáticos de língua portuguesa, os quais, em geral, se reservam ao direito de não lhe apontar críticas ou levar em conta opções diferentes. A rigor, diante das múltiplas terminologias para o fato gramatical, muitas delas utilizadas de acordo com a escolha do professor ou do autor da gramática ou do livro didático, a adoção de uma terminologia única para analisar a gramática da língua portuguesa era, e continua sendo, de grande valor didático-pedagógico (MEDEIROS, 2014, p. 23). No entanto, passados já cinquenta e nove anos, e diante dos grandes avanços das ciências linguísticas, a Nomenclatura Gramatical Brasileira vem sendo revista especialmente no ambiente acadêmico e, muitas vezes, dá lugar a opções outras. Assim:

Ataliba de Castilho, Carlos Alberto Faraco, Irlandé Antunes, José Carlos de Azeredo, José Luiz Fiorin, Mário A. Perini e Evanildo Bechara, por exem-

plo, defendem o uso de uma nomenclatura oficial, com algumas ressalvas cabíveis, dentre as quais se destacam: a nomenclatura deve ser funcional; não deve descambar para um equívoco enciclopedismo escolástico; não deve engessar a reflexão sobre a língua; deve respeitar o que já é consensual nos estudos linguísticos e, na medida do possível, na tradição escolar brasileira; deve incorporar fenômenos semânticos, discursivos, textuais, de variação linguística, entre outros para além do nível da frase. (VIEIRA, 2018, p. 193)

3. Coordenação e subordinação no panorama da vertente tradicional

Vemos como pertencentes a uma vertente tradicional as gramáticas em cujo escopo subjaz a tradição filológico-gramatical e se apresentam sintonizadas com a prescrição da língua exemplar, escrita, ideal e literária, em detrimento de variedades registradas e de algumas mudanças descritivas. (VIEIRA, 2018, p. 237)

Selecionamos a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Carlos Henrique da Rocha Lima (2010), norteada por obsessiva busca de exatidão ao sistematizar as normas da modalidade culta do idioma.

As definições de coordenação e subordinação apresentadas são as seguintes:

Para a coordenação:

A comunicação de um pensamento em sua integridade, pela sucessão de orações *gramaticalmente* independentes – eis o que constitui o período composto por coordenação. (LIMA, 2010, p. 321)

Para a subordinação:

“No período composto por subordinação, há uma oração *principal*, que traz presa a si, como *dependente*, outra ou outras. Dependentes, porque cada uma tem seu papel como um dos termos da oração principal” (LIMA, 2010, p. 323)

Nota-se que Carlos Henrique da Rocha Lima defende o critério sintático em relação à coordenação e à subordinação.

3.1. A visão de Carlos Henrique da Rocha Lima

Em Carlos Henrique da Rocha Lima (2010), a coordenação é exemplificada com “As senhoras casadas eram bonitas; porém, Sofia primava entre todas”, e afirma que se alguém quisesse transmitir tal juízo e disse apenas “As senhoras casadas eram bonitas” ou tão somente “Sofia

primava entre todas” não obteria a comunicação que pretendia, porque num caso e noutro, estaria incompleta. Segundo o gramático “para transmitir aquele pensamento, necessito das duas orações em conjunto – não obstante poder cada qual delas existir por si só” (*op. cit.* p. 322). Nota-se uma justificativa para uma eventualmente dependência entre orações, ainda que se esteja falando em coordenação, justificativa essa que se valeria de um critério semântico-pragmático.

Outro exemplo está em “*Cheguei, vi, venci*” (p. 322). Sobre ele Carlos Henrique da Rocha Lima explica que as orações se sucedem realçadas na pronúncia por leve pausa, marcada pelo sinal gráfico vírgula. Poderia, inclusive, haver entre elas, sobretudo em relação às duas últimas, uma conjunção coordenada. Devido à ausência da conjunção, diz-se que a coordenação é assindética, ficando, assim, a cargo do interlocutor preencher com um conectivo o espaço até então ocupado pela vírgula. Caso houvesse a conjunção, a coordenação seria denominada *sindética*.

No que diz respeito à subordinação, selecionamos três exemplos. Assim, no período “*A água é um líquido que não tem cor*” (p. 333) a oração *que não tem cor* está a acrescentar no substantivo *água*, na natureza de adjunto adnominal oracional, a mesma ideia que se teria caso fosse expressa por *incolor*. Entretanto, é importante dizer que nem sempre a oração poderá ser substituída por um adjetivo isolado. No exemplo, temos a denominada oração adjetiva desenvolvida, que se *prende* ao substantivo da oração anterior. De maneira geral, essas orações são iniciadas pelos pronomes relativos *que, o qual* (e variações), *quem, cujo* (e variações), além dos advérbios relativos *onde, quando, como*, tendo por termo antecedente um substantivo ou um pronome aos quais ela atribuirá características mais complexas.

Um segundo exemplo está em orações que valem por substantivos e, relativo à função, são classificadas em seis tipos: subjetiva, objetiva direta, completiva relativa, completiva nominal, apositiva e predicativa. Para não nos estendermos nesse ponto, apresentamos o exemplo que caracteriza a subordinação na denominada completiva relativa: “*Lembro-me de que saímos, de madrugada, de um restaurante...*” (Dinah Silveira de Queirós). Nesse caso, o verbo transitivo se pronominaliza e seu objeto direto se faz reger de preposição, tomando a forma de complemento relativo – “complemento que, ligado ao verbo por preposição determinada (*a, com, de, em* etc.), integra, com *valor de objeto direto*, a predicação de um verbo de significação relativa”. (Cf. p. 311, 328, 419)

Por terceiro e último caso (p. 353), tomado das orações que equivalem a advérbio e que figuram como adjunto adverbial da oração a que se subordinam, selecionamos apenas um pela mesma razão dada no parágrafo anterior. Assim, em:

A disciplina militar prestante
Não se aprende, Senhor, na fantasia,
Sonhando, imaginando, ou estudando,
Senão *vendo, tratando e pelejando.* (CAMÕES)

Esse exemplo se trata de um caso de subordinada adverbial modal. Carlos Henrique da Rocha Lima, então, diz:

O *modo* (juntamente com o *tempo* e o *lugar*) é a mais fundamental das circunstâncias. Mas em português, assim como não existem conjunções locativas, assim também não existem conjunções modais; de sorte que, no plano do período composto por subordinação, a circunstância de modo somente aparece sob a forma de oração *reduzida* (de gerúndio). (ROCHA LIMA, 2010, p. 353)

4. Coordenação e subordinação no panorama da vertente moderna

Nas palavras de Francisco Eduardo Vieira:

Apesar de diferenças constitutivas de toda sorte, os deslocamentos teórico-metodológicos que esses novos instrumentos de gramatização operam, os alcances metodológicos que engendram e o pioneiro arcabouço descritivo que constroem deflagram uma espécie de virada no processo de gramatização brasileira do português (VIEIRA, 2018, p. 241)

Essas constituem fortes razões para considerar a *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* (2018) como pertencente a uma vertente moderna dos estudos gramaticais.

4.1. A visão de José Carlos de Azeredo

A *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* (2018) detém um forte direcionamento ao discurso e ao texto, o que nos encoraja a dedicar linhas a mais à análise desta obra. José Carlos de Azeredo afirma que sua obra foi concebida pela ótica de um professor de língua portuguesa, formador de futuros professores de português, que precisam ser apresentados ao que ele chama de variedade padrão escrita do português em uso no Brasil.

Seu décimo quarto capítulo, intitulado *O período composto*, es-

tende-se da página 318 à 388, portanto, exatas setenta páginas dedicadas não exclusivamente às relações de coordenação e subordinação em orações, mas às relações de sentido entre segmentos do texto.

Acerca da coordenação de orações independentes, ou seja, aquelas cuja relação de sentido pretendida pelo enunciador vem explícita em um conectivo sem que haja nenhum tipo de transposição de oração, expõem-se as relações e sentidos de adição, de contraste, de opção ou alternância, de esclarecimento e de conclusão. Sobre elas apresentamos, de modo sucinto, os ensinamentos do Autor. Assim, as conjunções aditivas, especialmente a conjunção *e*, expressam adição ou união, como se vê em “*O motorista avançou o sinal e o guarda anotou a placa do carro*”. As conjunções alternativas, sobretudo *ou*, expressam alternância ou escolha, como em “*Iremos a pé ou tomaremos um ônibus?*”. As conjunções adversativas, entre elas o *mas*, expressam basicamente uma relação de contraste entre dois fatos ou ideias: “*A secretária dele é antipática, mas competente*”. *Portanto* e *logo*, chamados de adjuntos conjuntivos, introduzem uma oração que expressa a continuidade lógica do raciocínio iniciado na oração anterior: “*As águas baixaram um pouco; logo (portanto), já podemos atravessar.*” Assim, enquanto *portanto* e *logo* introduzem uma conclusão tirada de um fato ou ideia, *pois* e *porque*, conjunções explicativas, introduzem o próprio fato, como se vê em “*Já podemos atravessar, pois (porque) as águas baixaram um pouco*”.

À altura das páginas 326 e 327, José Carlos de Azeredo afirma: “para ocupar lugar de sujeito, complemento ou adjunto, uma oração tem de ser convertida em constituinte de outra oração. Para tanto, uma oração precisa ‘se tornar’ um sintagma”. O sintagma criado pela soma de um transpositor e uma matriz proposicional (Mp) é o que tradicionalmente se chama oração subordinada. Serão, portanto:

1) Orações substantivas as que apresentarem sintagmas nominais (Sn) resultantes de transposição de uma oração, cujo transpositor será uma conjunção integrante (Tci);

2) Orações adjetivas quando a matriz proposicional ocorre no texto sob a forma de sintagma adjetivo (Sadj), cujo transpositor será um pronome relativo (Tpr);

3) Orações adverbiais quando a matriz proposicional ocorre no texto sob a forma de sintagma adverbial (Sadv), cujo transpositor será uma conjunção adverbial (Tca).

Assim, surge um esquema-resumo:

- 1) Tci + Mp = Sn > Subordinada substantiva.
- 2) Tpr + Mp = Sadj > Subordinada adjetiva.
- 3) Tca + Mp = Sadv > Subordinada adverbial.

Para José Carlos de Azeredo (2018, p. 339-40), as orações substantivas irão apresentar características funcionais e formais. Podem vir iniciadas por transpositor e apresentar o verbo na forma finita, resultando numa oração desenvolvida, como em “Ela descobriu *que os bens-te-vis faziam ninho na amendoeira*”; ou verbo no infinitivo, resultando numa oração reduzida, como nota-se em “*Eles preferiram voltar da festa a pé*”, comprovam características formais. Já características funcionais são notadas quando as orações substantivas exercem as mesmas funções que o sintagma nominal exerce, ou seja, as funções de sujeito (oração subjetiva), objeto direto (oração objetiva direta), complemento relativo (oração completiva relativa), complemento predicativo (oração predicativa), complemento nominal (oração completiva nominal) e aposto (oração apositiva).

Já orações adjetivas trazem consigo a transposição efetuada pelo pronome relativo, o qual pode apresentar função anafórica (retomando ou reiterando um antecedente), conectiva (ao inserir a oração transposta na construção maior) e sintática (ao representar o sujeito, complemento ou adjunto da oração transposta). Essas três funções vêm juntas nas construções de função restritiva, como é exemplificado pelo autor em “*O cachorro que avançou no carteiro está solto*”.

Sobre as orações adjetivas ainda há muito o que se falar, como, por exemplo, as várias funções que o pronome relativo pode desempenhar (*op. cit.*, p. 347-348) ou também outras formas de oração adjetiva (*op. cit.*, p. 351) ou ainda os conteúdos circunstanciais das orações adjetivas (p. 353), conteúdos aos quais o leitor pode se dirigir mediante páginas referidas.

A rigor, acerca das orações ditas adverbiais há decerto muito que se dizer. Elas apresentam matriz proposicional (Mp) que pode ocorrer sob a forma de um sintagma adverbial, cuja transposição é efetuada por uma palavra gramatical (conjunção adverbial) possível de formar uma unidade apta a posicionamento flexível em relação à oração base. Os valores semânticos expressos pelas orações adverbiais podem ser agrupados em quatro tipos gerais: (1) causalidade, 2) temporalidade, 3) contras-

te e 4) modo/comparação), conforme demonstra José Carlos de Azeredo (*op. cit.*, p. 355):

1) *Relação de causalidade*: quando, do ponto de vista lógico, dois fatos se articulam em virtude de um deles depender ou decorrer da realização do outro. José Carlos de Azeredo ilustra com o exemplo: *Passando pela rua já tarde da noite, posso perceber que a luz da sala de meu vizinho ainda está acesa* (causa) e *concluir: ele ainda está acordado* (efeito). Daí, mediante construção do raciocínio proveniente da compreensão da situação, pode-se, então, dizer ou pensar: *Ele ainda está acordado, pois (já que, porque a luz está acesa)*. De acordo com José Carlos de Azeredo, “a associação causal entre dois dados de nosso conhecimento é, obviamente, um ato de percepção e de compreensão, que podemos codificar de formas variadas na linguagem” (cf. p. 355). A relação de causalidade é vista como uma macrorrelação, podendo ser delimitada através de quatro valores, ou seja, *causa, condição, consequência e finalidade*.

Trataremos, brevemente, de alguns aspectos sintáticos apontados por José Carlos de Azeredo acerca de cada um dos quatro valores da causalidade, a começar pelo valor de *causa*. Esse é indicado comumente pelas conjunções *porque, pois, como e já que*. A oração causal introduzida pela conjunção *porque* vem após a principal: *Decidimos voltar para a festa a pé porque não havia mais ônibus de madrugada*. A introduzida pelo *como* antecede a principal: *Como não havia mais ônibus de madrugada, decidimos voltar da festa a pé*. Introduzida por *já que* ficará antes ou depois da principal: *Já que as estradas estão interditadas, o socorro às vítimas será feito com helicóptero*; *O socorro às vítimas será feito com helicóptero, já que as estradas estão interditadas*.

O emprego de outros conectivos, como *uma vez que, visto que, uma vez que, posto que*, aliado a um posicionamento antes da principal, pode conferir à causal valor discursivo. Normalmente, segundo José Carlos de Azeredo (cf. p. 357), a oração, nesse caso, evidencia alto teor argumentativo, já que a causa não ficaria sujeita à contestação de ninguém.

Ao tratar do valor da *condição*, o autor dedica algumas linhas a mais. A princípio, deixa clara a distinção entre a causa propriamente dita e a condição. A condição, assim, ocorre diante de uma atitude de incerteza, de suspeita, de suposição e se expressa com os conectivos de condição (*se, caso, desde que* etc.) e com verbos em geral no modo subjuntivo

ou no modo indicativo em uma subclasse de orações iniciadas por *se*, como se nota em alguns exemplos a seguir:

Se você sabia o caminho, por que não nos ensinou?

Vocês podem usar o salão para o ensaio, desde que deixem tudo arrumado novamente.

Já a causa ocorre diante de uma atitude de certeza e se expressa com conectivos causais e normalmente com verbos no modo indicativo. Ambas, no entanto, baseiam-se numa distinção de atitudes do enunciador em relação à realidade da informação contida na oração adverbial, segundo nos ensina José Carlos de Azeredo. (Cf. p. 357)

O valor da *consequência*, ao lado do da finalidade, constitui uma espécie de efeito. A conjunção *que*, antecedida de uma expressão de intensidade e acompanhada de verbo no modo indicativo, caracteriza a construção consecutiva, como se nota no exemplo a seguir:

Aquela equipe era tão boa que merecia o título de campeã.

O quarto e último valor dentro da relação de causalidade diz respeito à *finalidade*, que também é empregado na expressão de efeito. Tais construções expressam um efeito visado, um propósito:

Para compensar os dias parados, estão trabalhando em dobro.

Os valores semânticos expressos pelas orações adverbiais podem ser agrupados, como dissemos anteriormente, em quatro tipos gerais: causalidade – de que acabamos de tratar –, temporalidade, contraste e modo/comparação).

2) *Relação de temporalidade*: Tratando de alguns aspectos da relação de temporalidade vemos, conforme explica o Autor (cf. p. 362), que ela define a posição, na linha do tempo, do fato expresso pela oração base, cuja segmentação pode ocorrer em três etapas, isto é, uma anterior, uma concomitante ou uma posterior, que serão preenchidas pelo que vier expresso na oração adverbial, como ilustram muito bem os exemplos apresentados:

Manuela costurava roupas enquanto a filha dormia. > Os fatos são concomitantes.

Manuela costurava roupas depois que a filha adormecia. > O fato expresso pela oração base é posterior ao fato expresso pela oração adverbial.

Manuela costurava roupas antes que a filha adormecesse. > O fato expresso pela oração base é anterior ao expresso pela oração adverbial.

3) *Relação de contraste*: Antes de caminhar em direção ao final, resta andar pelo terceiro e penúltimo valor, o da relação de contraste, que pode ser de caráter adversativo ou concessivo, de acordo com José Carlos de Azeredo (cf. p. 365). O primeiro, assim denominado por ser aceito como uma variante das estruturas adversativas, estabelece-se através da conjunção *sem que* seguida de oração no modo subjuntivo ou da preposição *sem* seguida de infinitivo, as duas com valor necessariamente negativo, conforme nota-se com os exemplos:

Ele saiu de casa *sem que dissesse* uma única palavra.

Ele saiu de casa *sem dizer* uma única palavra.

Ele saiu de casa, *mas* não disse uma única palavra.

Já no segundo valor, o concessivo, um certo fato ou ideia é representado como um dado irrelevante para o conteúdo do restante do enunciado. Assim a “conjunção/locução prepositiva concessiva esvazia a força causal ou argumentativa do fato que ela anuncia, de modo que o conteúdo da oração principal passa a representar o contrário do que espera” (Cf. AZEREDO, *op. cit.* p. 365-366):

O lutador derrubou todos os seus adversários embora fosse magrinho.

No exemplo, o caráter físico do lutador é retratado como um dado irrelevante e é informado como conteúdo de uma oração concessiva.

4) *Relação de modo/comparação*: Quarta de última relação, a de modo/comparação, é apresentada por José Carlos de Azeredo (*op. cit.*) à página 369, na seção intitulada *Qualificação, quantificação e orações modais*, trazendo consigo a advertência: “Esta seção tem um lugar à parte em função das peculiaridades das respectivas estruturas, como se verá”. De fato, é o que se nos apresenta. O raciocínio comparativo, por exemplo, se materializa numa grande variedade de formas, daí a comparação se distinguir em quatro tipos: a comparação modal, a comparação intensiva, a comparação assimilativa e a comparação conformativa. Das quais se faz precisa exposição:

A comparação modal, segundo José Carlos de Azeredo (cf. p. 370), apresenta a conjunção *como* quando elemento instrumento sintático típico de tal comparação:

Ela nadava *como* um peixe.

Cortei as batatas *como* você pediu: em cubos.

A rigor, existe, ainda, entre a comparação modal, um tipo especial que se expressa mediante a conjunção composta *como se*, acompanhada de verbo no pretérito (imperfeito ou mais-que-perfeito) do subjuntivo (comparação hipotética). Assim, indicar-se-á que o conteúdo da oração comparativa é tomado como coisa irreal ou hipotética:

Passado o susto do acidente, o sapateiro voltou ao trabalho como se nada tivesse acontecido.

A comparação intensiva consiste na utilização de construção sintática da comparação para quantificar uma propriedade comum a dois ou mais objetos, que pode se dar por igualdade, superioridade ou inferioridade:

O cachorro é *tão* esperto *quanto* o gato.

O cachorro é *mais* esperto *do que* a gato.

O cachorro é *menos* esperto *do que* o gato.

A comparação assimilativa, entretanto, ocorre quando a comparação de igualdade não se refira à quantificação da propriedade comum aos conteúdos comparados, mas apenas à semelhança entre eles, trazendo consigo a conjunção *como*, precedida ou não dos advérbios *assim*:/bem.

Fernando trabalhava no corte de cana, (assim/bem) como a maioria dos jovens de sua idade.

Enfim, para explicação da comparação conformativa, seguem as palavras do Autor:

O valor assimilativo da conjunção *como* é o que permite estabelecer uma comparação entre dois fatos, indicando que o conteúdo da oração subordinada é confirmado pelo conteúdo da oração principal. Com este valor, o *como*, sempre substituível por *conforme*, introduz uma oração conformativa, que ordinariamente reporta um ato comunicativo. (AZEREDO, 2018, p. 373)

a) Considerações finais

Ao considerar os critérios de análise de Carlos Henrique da Rocha Lima e José Carlos de Azeredo acerca das relações sintático-semânticas envolvidas na coordenação e na subordinação, chega-se, resumidamente,

ao seguinte quadro:

	COORDENAÇÃO		SUBORDINAÇÃO	
GRAMÁTICA TRADICIONAL	CRITÉRIO SINTÁTICO	CRITÉRIO SEMÂNTICO	CRITÉRIO SINTÁTICO	CRITÉRIO SEMÂNTICO
ROCHA LIMA	•		•	

	COORDENAÇÃO		SUBORDINAÇÃO	
GRAMÁTICA MODERNA	CRITÉRIO SINTÁTICO	CRITÉRIO SEMÂNTICO	CRITÉRIO SINTÁTICO	CRITÉRIO SEMÂNTICO
AZEREDO	•	•	•	•

(parece faltar algo, já que as duas tabelas estão iguais; se não for possível completar, pode-se suprimir este primeiro parágrafo) O primeiro gramático defende o critério sintático para coordenação e para a subordinação; José Carlos de Azeredo, no entanto, adota uma perspectiva segundo a qual os dois critérios são levados em conta, tanto na coordenação como na subordinação, além de traçar inúmeras observações de natureza pragmática, discursiva e textual. Ademais, os processos de estruturação de períodos apresentam divergências quanto a tais critérios, porém todos os dois autores evidenciam que a coordenação é o processo no qual as orações que compõem o período são autônomas, enquanto, na subordinação, as orações são dependentes, visto que uma funciona como termo da outra. Por vezes, a maneira como falam de dependência e independência de orações como processo utilizado para construir períodos não é muito claro. A independência, por exemplo, para o caso das coordenadas, seria de natureza sintática, semântica, ou ambas?

Segundo Othon Moacir Garcia (1999), para “*a doutrina tradicional e ortodoxa, as orações coordenadas se dizem independentes, e as subordinadas, dependentes. Modernamente, entretanto, a questão tem sido encarada de modo diverso*”. Para o Autor, “*dependência semântica mais do que sintática, observa-se na coordenação, salvo, apenas, talvez, no que diz respeito às conjunções “e”, “ou” e “nem”*”. E “*independência significa autonomia, autonomia não apenas de função, mas também de sentido*” (GARCIA, 1999, p. 22). Sobre os conectivos, importar lembrar observações vistas com José Carlos de Azeredo, isto é, algumas diferenças distribucionais que eles apresentam: “*como meios de conexão, pois, entretanto e portanto só associam orações independentes; e, ou e mas, por sua vez, podem coordenar orações subordinadas*” (AZEREDO, 2018, p. 384). A título de exemplo: *É estranho que ele tenha vindo aqui e/mas não tenha me procurado; É possível que ele venha pessoalmente ou mande alguém em seu lugar*. Tais fatos sobre as conjunções (ou co-

nectivos), antes mencionados em capítulos anódinos das gramáticas, ganham especial relevo especialmente em virtude do desenvolvimento da Linguística Textual, passando assim a ocupar o centro das atenções, devido a sua reconhecida eficácia. (Cf. MARINS, 2017)

Com efeito, em Carlos Henrique da Rocha Lima (2010) vemos uma gramática em que a frase destituída de qualquer contexto segue como unidade máxima de análise, e como arcabouço estrutural e terminológico da descrição gramatical em termos morfológicos e sintáticos segue a Nomenclatura Gramatical Brasileira. Essa *Gramática* é, sem dúvida, continuidade com a tradição gramatical brasileira. Em relação à *Gramática* de José Carlos de Azeredo (2018) tais afirmações não seriam tão confortáveis de se dizer. Isso porque ela figura ao lado de outras gramáticas, produzidas por gramáticos linguistas, como Maria Helena de Moura Neves, Ataliba de Castilho, Mário Alberto Perini e Marcos Bagno, e está contribuindo para um movimento de descontinuidade no que diz respeito a certas tradições da gramaticografia brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Marcelo Alessandro Limeira dos. Gramática da língua portuguesa padrão: (des)continuidades? In: FARACO, Carlos Alberto; VIEIRA, Francisco Eduardo. *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*. São Paulo: Parábola, 2016.

ANTUNES, Irandé. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola, 2007.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Publifolha, 2018.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CAVALIERE, Ricardo Stavola. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Niterói: Eduff, 2000.

_____. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. *Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Linceu Literário Português, n. 23, 2002.

FARACO, Carlos Alberto; VIEIRA, Francisco Eduardo. *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*. São Paulo: Parábola, 2016.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia Antônia Guedes. *As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

GARCIA, Othon Moacir. *Comunicação em prosa moderna*. 17. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois*. São Paulo: Parábola, 2009.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 48. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

MARINS, Ânderson Rodrigues. *Linguística e gramática: fatos do sistema*. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

MEDEIROS, Luiz Claudio Valente Walker de. Os processos formadores de frases multioracionais. *Idioma*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 22-44, 2014.

NEVES, Maria Helena de Moura; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. *Gramáticas contemporâneas: com a palavra, os autores*. São Paulo: Parábola, 2014.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias linguísticas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

PERINI, Mário Alberto. *Gramática descritiva do português brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2016.

VIEIRA, Francisco Eduardo. *A gramática tradicional: história crítica*. São Paulo: Parábola, 2018.